

PADEMIA DO CORONAVIRUS

# STJ quer achatar 'curva' de pedidos de recuperação judicial

Ministro Luis Felipe Salomão defende que tribunais pelo País criem centros de mediação específica para causas empresariais

**Amado Pego** / **BRASÍLIA**  
Com a expectativa de que a pandemia leve a uma onda recorde de pedidos de recuperação judicial pelas empresas, cresce a preocupação de que o Poder Judiciário não dê conta dessa nova demanda.

Comunicação Superior Tribunal de Justiça (STJ) focaliza em Direito Privado, o ministro Luis Felipe Salomão defende ser preciso "achatar" essa curva de procura pela Justiça, por exemplo de que se tenta fazer no sistema de saúde. Por isso, o ministro encabeça uma proposta de recomendação para que tribunais do País criem centros de mediação específicos para causas empresariais, pedidos de recuperação judicial e falência. Esses espaços funcionariam como uma espécie de filtro, com o objetivo de evitar que as empresas enfrentem, de fato, processo judicial, sobrecarregando um sistema que já trabalha no "limite", aponta o ministro.

será discutida em reunião na próxima segunda-feira, quando mais detalhes serão acordados. Em março, o grupo já foi responsável por aprovar no CNJ resolução para orientar o trabalho dos juizes em processos de recuperação judicial em meio a crise.

**Rápido.** Apesar de já tramitar no Congresso Nacional um projeto de lei que cria um Sistema de Prevenção à Insolvência, Salomão defende que o Judiciário fique na expectativa e tome desde já uma providência. O que já trabalha com milhares

consideradas preocupantes. A previsão é de que o Brasil superará os pedidos de recuperação judicial de 2016, quando o País teve recorde com cerca de 1.800 casos. Sócio da APM Consultoria, Marcos Vasconcelos estima que, só neste ano, o Brasil deve ter pelo menos 2.500 pedidos de recuperação judicial.

“Vai causar o caos dentro do sistema judicial, com essa avalanche de demandas. Tem que valer a pena”, avalia Salomão. Especialista na área, Vasconcelos se diz preocupado com a alta demanda que o Judiciário vai enfrentar. Ele aponta que nenhuma medida concreta foi tomada até o momento para evitar um colapso. Em sua avaliação, a ideia de se estruturar es-



**Detalhes.** Segundo o ministro o Salomão, proposta será discutida na próxima segunda-feira com tribunais também a vida das pessoas, é o patrimônio, é modo de viver delas”, avalia Salomão. Especialista na área, Vasconcelos se diz preocupado com a alta demanda que o Judiciário vai enfrentar. Ele aponta que nenhuma medida concreta foi tomada até o momento para evitar um colapso. Em sua avaliação, a ideia de se estruturar es-

ver os problemas financeiros extrajudicialmente. Salomão também entende que serão esses os negócios mais beneficiados com a mediação, se implementada. O ministro do STJ recorda que são justamente essas empresas que estão enfrentando dificuldades para tomar empréstimos na atual conjuntura econômica para reser-

## Mercado ajusta para 6,5% recuo do PIB este ano

**Fabrizio de Castro** / **BRASÍLIA**

Os economistas do mercado financeiro ajustaram levemente suas projeções para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2020. Segundo o Relatório de Mercado Focus, a expectativa para a economia deste ano passou de retração de 6,5%, para queda de 6,0%. Para 2021, foi mantida a estimativa de alta de 3,0%.

No semana passada, o IBC informou que seu Índice de Atividade (IBC-IB) recuou 0,27% em abril ante março, na série com ajustes sazonais. Foi o maior recuo da história em um único mês.

Os economistas também ajustaram a previsão para o IPCA, o índice oficial de preços, deste ano, passou de alta de 2,6% para 2,4%. A projeção para o índice em 2021 seguiu em 4,0%.

Essa projeção está bem abaixo do cenário da meta de 2020 de 4,0%, sendo que a margem de tolerância é de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos (índice de 2,5% a 5,5%). No caso de 2021, a meta é de 2,75%, com margem de 1,5 ponto (de 1,25% a 4,25%). Há duas semanas, o IBGE informou que o IPCA recuou 0,38% em maio. No acumulado do ano, o taxa se mantém negativo em 0,46%.

No exterior, a última decisão de política monetária do Banco Central, ao analisar mantiveram suas projeções para o Selic, a taxa básica de juros, no fim de 2020 em 2,25% ao ano.

## LEILÕES DIÁRIOS DE VEÍCULOS - 11H









SÓ ONLINE. ENVIE SEU LANCE.

WWW.SODRE.SANTORO.COM.BR



LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

**Alta demanda**  
“É uma situação de emergência. São espécies de ‘hospitais de campanha’ para enxugar essa taxa (de demanda do Judiciário)”, Luis Felipe Salomão, ministro do STJ.

## Tesouro descarta mudar âncora fiscal e insiste nas reformas

**Luciano Tomazelli** / **BRASÍLIA**  
Num momento de forte elevação de gastos e do endividamento público para mitigar os efeitos da pandemia do novo coronavírus sobre a economia, a discussão sobre eventual mudança na âncora fiscal perseguida pelo governo brasileiro poderia tirar o foco dos esforços de aprovação das reformas necessárias, afirma o subsecretário da Dívida Pública do Tesouro Nacional, José Franco de Moraes, em entrevista ao Estado de São Paulo.



**Teto flexível.** Afonso defende uma meta para dívida pública que limite o avanço das despesas e inflação e hoje a ‘supercorrente’ do governo brasileiro na sinalização de compromisso com o ajuste fiscal, é associada a um teto de gastos mais flexível. Para ele, a nova regra sinalizaria a investidores

um compromisso “crível” com a reorganização das contas públicas, uma vez que há risco de descumprimento do teto fiscal nos próximos anos.

O Tesouro, por sua vez, acredita ser mais produtivo neste momento centrar poder de fogo na articulação pela aprovação das reformas que podem combater o verdadeiro problema: o crescimento acelerado de despesas obrigatórias, aquelas que o governo não pode cortar por conta própria e precisa do aval do Congresso Nacional para revisar.

**Medidas.** “O problema não é a regra fiscal em si, o desafio é tomar as medidas necessárias que reformem o processo de consolidação fiscal. Inovar seria de acordo independentemente de fato de termos um limite para a dívida ou um limite para os gastos”, afirma Franco. “O Tesouro está concentrado em tomar

**Teto é alvo**  
“O Tesouro está concentrado em tomar medidas para cumprir o teto de gastos”, José Franco de Moraes, subsecretário de Dívida Pública.

medidas para cumprir o teto de gastos, que é a âncora fiscal que nós temos hoje”, diz ele, reforçando que não há nenhum debate dentro do órgão para alterar a regra fiscal.

Neste ano, a dívida bruta deve sair de 92,8% do PIB para 93,5% do PIB, segundo a última projeção do Ministério da Economia. O parlamentar e conselheiro do eleitorado para países emergentes como o Brasil, dá a necessidade de sinalizar compromisso com a agenda de reformas, incluindo a tributária, a administrativa (que mete no “RH do serviço público”) e as provisões

quês (cujo recuo da venda podem ser usados para abater dívida).

Segundo o subsecretário, um limite para a dívida pública, a depender de como for desenhado, poderia até mesmo amarrar as ações do Banco Central ao controle da inflação. Quando o IBG vender títulos de dívida pública (com compromisso de compra após um período) para enxugar liquidez de recursos no mercado, as chamadas operações compromissadas, isso eleva a dívida bruta do governo.

Se esse indicador tiver um teto, o BC poderia, em tese, ficar impedido de atuar para cumprir sua missão de manter a estabilidade do poder de compra da moeda.

Economistas do mercado financeiro e a Instância Fiscal Independente (IFI) do Senado advogam para o risco do teto de gastos onerar já em 2021, caso não haja avanço na agenda de reformas. O Tesouro, porém, prevê que o limite para as despesas será cumprido em 2021 e 2022.

